

Divinópolis/MG, 10 de Julho de 2018

## Jornal Agora destaca atuação dos sindicatos para impedir votação de reforma administrativa em Divinópolis

*Prefeitura marca reunião com os sindicatos para discutir os pontos de discordância do projeto*



A frustrada tentativa da prefeitura de votar a toque de caixa o projeto 47/2018, de autoria do prefeito Galileu Machado (MDB), que estabelece uma reforma administrativa na prefeitura de Divinópolis, foi o principal destaque da edição desta terça-feira (10) do **Jornal Agora**, único impresso diário da cidade. Sob o título **Sindicatos barram votação da reforma administrativa**, a reportagem assinada pela jornalista Pollyana Martins, publicada na página 3, afirma que o Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram) e o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Municipal de Divinópolis (Sintemmd) conseguiram mais 15 dias para que o projeto possa ser discutido com os representantes dos servidores.

O prefeito Galileu Machado, com o apoio do seu principal aliado na Câmara, o presidente da Casa, Adair Otaviano (MDB), tentou colocar o projeto em votação em reunião extraordinária realizada na manhã desta segunda-feira (09). A pressa do Executivo em votar o projeto era tanta que a reunião extraordinária foi convocada no final da tarde de sexta-feira (6) para ser realizada dois dias depois.

### MAIS CARGOS

Mesmo com a prefeitura enfrentando a maior crise financeira de sua história, a reforma administrativa de

Galileu prevê a criação de mais uma secretaria, gerando novos cargos de confiança. Além disso, o projeto prevê que 30% dos cargos comissionados, que vão aumentar se a reforma for aprovada, serão destinados aos servidores de carreira. Esses são os dois principais itens que os sindicatos querem mudar, já que tanto o Sintram, quanto o Sintemmd, querem que 70% dos cargos comissionados sejam destinados a servidores de carreira. Além disso, os sindicatos defendem a redução de secretarias e não o aumento das pastas, conforme quer o prefeito. Atualmente a prefeitura tem 13 secretarias e a criação da 14ª, a pasta de Segurança, não vai trazer nenhum reforço para a cidade, já que segurança pública é uma prerrogativa do Estado. O município já contribui cedendo espaços para a PM e não pode fazer nada além disso, já que não tem uma guarda municipal, que poderia agir com poder de polícia.

Na reportagem, o **Jornal Agora** entrevistou a presidente do Sintram, Luciana Santos, que afirmou que os sindicatos não foram comunicados da tramitação do projeto, que foi protocolado na Câmara na tarde de quarta-feira (4), lido na reunião ordinária de quinta-feira (5) e, com uma velocidade espantosa, já colocado na pauta da sessão extraordinária da sessão de ontem. “A Câmara tem de oficiar as entidades representativas, que, no caso, são o Sintram e o Sintemmd, e nenhum dos dois sindicatos foram notificados”, disse Luciana Santos ao **Jornal Agora**.

O projeto acabou sendo retirado e o líder do prefeito na Câmara, vereador Rodrigo Kaboja (PSD), tratou de se mexer rapidamente para marcar uma reunião entre os sindicalistas e o Executivo. No final da tarde desta segunda-feira (09), Kaboja comunicou por telefone à presidente do Sintram, Luciana Santos, que a reunião

com o Executivo foi marcada para esta quarta-feira (11), às 15h30. As diretorias do Sintram e do Sintemmd participarão da reunião e, a princípio, os

sindicalistas vão exigir que sejam efetuadas as mudanças defendidas pelos dois sindicatos.

Com informações do Jornal Agora

## Fundação Getúlio Vargas mostra queda em todos os indicadores de emprego



Os dois indicadores de mercado de trabalho da Fundação Getulio Vargas (FGV) apresentaram piora em junho. O Indicador Antecedente de Emprego (Iaemp), que busca antecipar tendências do mercado de trabalho com base em entrevistas com consumidores e com empresários da indústria e dos serviços, caiu 5,6 pontos.

Com a queda, o indicador atingiu 95,5 pontos em uma escala de zero a 200, próximo ao patamar de janeiro de 2017, quando o indicador atingiu 95,6 pontos. Essa é a quarta queda consecutiva do Iaemp, que

acumulou perda de 11,5 pontos no primeiro semestre.

De acordo com a FGV, a queda do indicador mostra a perda de confiança em uma maior geração de emprego ao longo dos próximos meses. “A atividade econômica mais fraca, observada pelos indicadores do primeiro semestre, reflete uma situação atual e futura dos negócios mais difícil. O crescimento está abaixo do previamente esperado e, com isso, a consequência deverá ser menor contratação”, afirma o economista da FGV Fernando de Holanda Barbosa Filho.

Já o Indicador Coincidente de Desemprego, calculado com base na opinião dos consumidores sobre o mercado de trabalho atual, piorou 0,6 ponto. Foi a segunda piora consecutiva. O indicador atingiu a 97,1 pontos em uma escala de zero a 200, em que quanto maior a pontuação, pior é o desempenho do indicador.

Fonte: Agência Brasil

## Novo ministro do Trabalho defende empresas e é sócio da mulher de Gilmar Mendes



O Palácio do Planalto confirmou nesta segunda-feira (9) a indicação do advogado Caio Luiz de Almeida

Vieira de Mello para o posto de ministro do Trabalho, pasta sob comando do PTB e alvo de investigações de corrupção nos últimos meses que culminaram com a demissão de Helton Youmura – ex-ministro que, segundo a Polícia Federal, é “testa de ferro” da cúpula do partido. Caio Luiz é sócio da esposa do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), Guiomar Feitosa Lima Mendes, e atua em um dos mais poderosos escritórios de advocacia do país, de Sérgio Bermudes.

O grupo abriga cerca de 80 advogados, é especializado em 16 áreas do Direito e tem na carta de clientes empresas como Sete Brasil, criada pela Petrobras para atuar no pré-sal, e Odebrecht, ambas enredadas na Operação Lava Jato. Vale, Bradesco, Citibank, Ambev, além de figuras como o ex-bilionário Eike Batista, também constam na carta de clientes do escritório.

Dono do escritório, Sérgio Bermudes disse ao Congresso em Foco não ver problemas em um homem acostumado a defender o interesse de grandes empresários passar a chefiar o ministério que, em tese, deve promover políticas públicas voltadas ao trabalhador. Ele lembra que, durante a gestão no Ministério do Trabalho, Caio Luiz não poderá atuar como advogado, por imposição do estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

"Qual o problema em ele ser o ministro do Trabalho? Nenhum problema. Ele não é advogado de empresas poderosíssimas. Ele é advogado de um escritório que tem empresas [entre os clientes], que tem pessoas físicas, pobres e ricos. É um escritório que se notabilizou pela defesa dos direitos humanos durante a ditadura. Não se pode dizer que seja um escritório de ricos, nem de pobres. Tem causas de todas as pessoas", declarou o advogado, para quem Temer "acertou" na escolha.

Ele explica que, como Guiomar e os demais advogados e consultores (quatro ao todo) do grupo, Caio Luiz recebe cotas de desempenho. "Não temos

participação societária no nosso escritório. Somos um grupo de advogados e nos reunimos em uma sociedade profissional que tem cotas. Mas isso não significa nada, porque é um sistema de remuneração em que os honorários são divididos entre os que trabalham, na proporção que trabalham", afirmou.

## TRABALHO

Como registra seu miniperfil no site do escritório, Caio Luiz desempenha a função de consultor no grupo. Formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), já exerceu o posto de vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-3), entre 2008 e 2009.

Caio Luiz é irmão do ministro Luiz Philippe Vieira de Mello, do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Luiz Philippe é crítico recorrente da reforma trabalhista patrocinada pelo governo Temer e em vigência desde novembro de 2017. O ministro também tem objeções a respeito do modelo de terceirização utilizado em larga escala no país, em empresas públicas e privadas.

Ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun disse que Caio Luiz é "indicação pessoal" de Temer. "O presidente consultou vários amigos e lhe foi sugerido o nome do mineiro Caio Veira de Mello. O presidente viu nele as condições para o exercício dessa importante missão", declarou o deputado do MDB licenciado.

Fonte: Congresso em Foco

# Justiça transforma em réu um dos principais aliados do presidente Michel Temer

*Gedell Vieira, que já ocupou cargos importantes no governo, é acusado de improbidade*



A Justiça Federal em Brasília aceitou nesta segunda-feira (9) denúncia do Ministério Público Federal (MPF) e tornou réu o ex-ministro Geddel Vieira Lima por improbidade administrativa. A decisão foi proferida pela juíza Diana Wanderley, da 5ª Vara Cível do Distrito Federal.

Na denúncia, o MPF acusa Geddel de pressionar o ex-ministro da Cultura Marcelo Calero a produzir



"parecer técnico favorável aos seus interesses particulares". O caso levou o ex-ministro a pedir demissão em novembro de 2016, quando Geddel também negou as acusações.

Na época, o ex-ministro da Cultura Marcelo Calero deu entrevista alegando que sofreu pressão por parte de Geddel para liberar a construção de um edifício de alto padrão em Salvador. O empreendimento foi

embargado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) por estar localizado em área tombada como Patrimônio Cultural da União. Os construtores queriam erguer 31 andares, mas o instituto só autorizou a construção de 13.

Fonte: Agência Brasil

## Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho afirma que reforma trabalhista trouxe graves retrocessos



Para o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e secretário de Relações Internacionais da CTB, Guilherme Guimarães Feliciano, a reforma trabalhista, lei 13.467, de 13 de julho de 2017, provoca o enfraquecimento dos sindicatos, principalmente pela asfixia financeira, e do Judiciário do trabalhista, com a criação do controvertido conceito de "intervenção mínima" da Justiça no Direito do Trabalho e nas negociações coletivas.

Feliciano alertou que no primeiro trimestre deste ano houve uma queda de 45%, em relação a 2017, de novas ações ajuizadas pela justiça do trabalho. O magistrado acrescenta que o Ministério do Trabalho e Emprego contabilizou 74% a menos de negociações coletivas finalizadas, derrotando a tese central da reforma de prevalência do negociado sobre o legislado.

Nos meios acadêmicos, jurídicos e sindicais não existe um consenso a respeito da organização sindical e seu financiamento, bem como sobre o papel da justiça do trabalho. Para além dessas controvérsias, a Anamatra considera que o fim da contribuição sindical compulsória, agora avalizada pelo STF, deveria ser precedida de um período de transição.

A eliminação abrupta da contribuição provocou uma queda de 80% das receitas das organizações sindicais no primeiro trimestre, conforme informa o Ministério do Trabalho. Essa diminuição violenta das receitas, decorrente da reforma trabalhista, foi considerada pela Organização Internacional do Trabalho uma prática antissindical.

Essa reforma, com o argumento falacioso de modernizar as relações do trabalho no Brasil, na verdade fragiliza os sindicatos e tem o objetivo claro de diminuir a resistência sindical contra agenda regressiva que penaliza os trabalhadores.

Há quatro formas básicas de financiamento sindical: 1) contribuição sindical compulsória, prevista na CLT, até então a coluna vertebral de sustentação material da maioria das entidades; 2) contribuição confederativa, prevista na Constituição Federal; 3) contribuição assistencial, cobrada nas negociações coletivas e 4) contribuição associativa, pagas pelos trabalhadores sindicalizados.

Da noite para o dia, com a aprovação da reforma trabalhista e o posterior aval do STF, foi extinta a obrigatoriedade da contribuição sindical. Para enfrentar essa nova e adversa realidade, o movimento sindical luta para revogar a reforma e também discute alternativas. Uma delas é a cobrança, aprovada em assembleia, de uma taxa extensiva a todos os trabalhadores.

O próprio Tribunal Superior do Trabalho reconhece essa alternativa. Em um acordo judicial recente, o TST assegurou o desconto de meio-dia de trabalho ao ano, com a ressalva de admitir o direito de oposição. Mas a matéria não está pacificada na Justiça e enquanto o impasse perdura a maioria das entidades sindicais,

dos sindicatos de base até as centrais sindicais, se vê obrigada a promover um duro ajuste em seus orçamentos. Diminuição dos investimentos em mobilização, formação e comunicação, redução do quadro de pessoal e até venda de sedes compõem o cardápio indigesto imposto pela reforma.

Diante desse quadro, ao lado dos esforços para readequar suas receitas e despesas, uma grande prioridade para o movimento sindical é a luta para revogar esse entulho autoritário do governo golpista. Ao lado das mobilizações de protesto e ações no Congresso para construir alternativas, uma tarefa central é a luta pela vitória das forças democráticas nas eleições gerais de outubro.

Nesse rumo, é essencial eleger um Congresso Nacional majoritariamente permeável às demandas dos trabalhadores. Mais do que isso, é imperioso escolher uma nova Presidência da República que coloque no topo da agenda a defesa de um projeto de desenvolvimento democrático, soberano, que recupere e assegure os direitos e valorize o trabalho.

Fonte: Fe sempre